

A nossa intenção ao organizar este caderno temático é discutir temas da infância, educação e cultura, por meio de imagens e escritas colocadas em circulação na nossa sociedade e cultura, ao longo do tempo até a atualidade, por diversas mídias. Estamos interessadas naquelas desenvolvidas sob a linguagem e o meio da literatura e dos desenhos animados, pensadas e produzidas para atingir, especialmente, os públicos infantis e juvenis. De nossa perspectiva, os esforços feitos em cada um dos artigos que aqui compilamos têm dupla importância.

Por um lado, representam relevante iniciativa de abordar – através de crivos analíticos cuidadosos – estas produções, tantas vezes consideradas como menos sofisticadas do que as dirigidas aos adultos e, por isso, relegadas a um lugar periférico no que se elegeram como objetos merecedores de estudo. Por outro lado, com esse conjunto de textos temos, também, a intenção de provocar os/as professores/as e todos aqueles que se dedicam à educação das crianças e jovens brasileiros para refletirem sobre compromissos a serem assumidos quanto ao direito das crianças de acesso a práticas culturais como a leitura e audição de histórias pelos livros e vozes de outros (adultos, coetâneos, jovens) e de poderem dialogar sobre programas televisivos, com vistas a uma boa formação.

Embora estas práticas sejam, corriqueiramente, associadas aos contextos de socialização não escolares, tais como o familiar e a rede de amigos, é necessário reconhecer o importante papel que cumprem no processo de desenvolvimento das crianças e suas repercussões nas esferas psicológica, social, cultural e educativa, mais propriamente dita.

Postas estas considerações, parece-nos legítimo argumentar sobre a relevância de que as experiências escolares incluam, de modo sistemático e rico, oportunidades de ouvir, ler, narrar, imaginar e apropriar-se da imaginação do outro, depurando-a, transformando-a, criticando-a. Entretanto, pesquisas educacionais e de áreas afins têm mostrado as profundas e persistentes dificuldades que as instituições educacionais enfrentam ou necessitam enfrentar neste âmbito. Sabemos que, tradicionalmente, as práticas pedagógicas privilegiam o desenvolvimento de alguns processos cognitivos através da aprendizagem de determinados conteúdos, a serem obtidos por meio de procedimentos planejados, de que devem resultar produtos concretos. Por consequência, a inclusão das narrativas (escritas e/ou imagéticas) no cotidiano escolar, quando ocorre, tende a ser tímida e/ou pedagogizante.

Em função disso, muitas vezes priva-se e/ou limita-se o acesso das crianças a parcelas importantes das produções culturais e às possibilidades de desenvolvimento de processos psicológicos extremamente importantes. Deixa-se, também, de explorar os caminhos de enriquecimento das aprendizagens com as quais a escola, sem dúvida, deve se comprometer, tais como a alfabetização, o letramento, a produção, leitura e interpretação de textos. Estas questões e seus desdobramentos são ainda mais preocupantes quando se trata de crianças de grupos populares, já que, frequentemente, a vida escolar representa sua única oportunidade de ao menos atenuar as profundas desigualdades existentes, em todos estes aspectos, entre elas e seus coetâneos pertencentes aos extratos mais favorecidos economicamente.

A estas dificuldades históricas que se identifica nas escolas, muito recentemente agregou-se um novo fato: a partir da Lei Federal n. 11.274 (promulgada em 6 de fevereiro de 2006), o ensino fundamental passa a ter a duração mínima de nove anos, materializada pelo ingresso das crianças nas escolas aos seis anos, e não mais aos sete, como ocorria até então. Por isso, crianças que, anteriormente, tinham oportunidade de contatos mais fruídos com as narrativas, quando estavam na educação infantil – embora nem todas tivessem garantido este direito pelo Estado e estes contextos também não estivessem preservados de problemas no trato dado a estas produções –, estarão matriculadas um ano mais cedo em instituições nas quais os investimentos maciços em atividades escolares típicas costuma ser a regra. De nossa perspectiva, este fato redobra

a importância de as escolas se reorganizarem e redefinirem seus compromissos pedagógicos, dentre os quais os que acima destacamos.

Decorre daí que pretendemos, com estes artigos, sensibilizar e convocar os/as professores/as para a inclusão, no cotidiano educacional escolar, do que tem sido produzido e elaborado nas culturas em diversos cantos do mundo e que circula pelo Brasil (da literatura à televisão). Nossa intenção, portanto, é a de contribuir para o fortalecimento da Educação, para a valorização e melhoria da escola pública que se constrói para toda a população, desde os pequeninos até os jovens e adultos, com vistas à qualidade. O termo qualidade é tão importante quanto complexo e, por vezes, problemático, quando, por exemplo, é transformado, meramente, em sinônimo de resultados nos exames de avaliação externa, tais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Prova Brasil, Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). De nossa perspectiva, a garantia da qualidade implica, sobretudo, que os sistemas educacionais – públicos e privados – assumam o importante papel de mediadores entre os alunos e as produções culturais com o objetivo de contribuir para que sejam cada vez mais capazes de usufruí-las de modo, ao mesmo tempo, prazeroso e crítico.

Entretanto, para que isso ocorra, é necessário garantir determinadas condições de formação dos educadores.

Somamo-nos ao debate estimulado pelos professores da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ângela Soligo, Maria Márcia Sigrist Malavasi e Sérgio Leite, no jornal *Folha de S. Paulo*, em 30 de dezembro de 2009, na defesa da escola pública e dos cursos de Pedagogia que formam os/as futuros/as professores/as que ensinarão crianças, jovens e adultos, e que precisam refletir constantemente sobre sua praxis. Para isso, é imprescindível que sua formação inclua sólidos conhecimentos teóricos, a pesquisa como forma de apreender, interpretar e agir no cotidiano e uma prática consistente, fundamentada, que permita ser autoral e autônoma. E, para isso, as contribuições de diferentes áreas e o conhecimento reflexivo sobre o que tem sido produzido social e culturalmente precisam fazer parte desses cursos de formação – públicos e privados –, bem como da formação constante e continuada.

Não é o que costuma ocorrer, sobretudo na formação inicial. Grosso modo, podemos dizer que há uma tendência na academia de

não se eleger as produções culturais para a infância como objetos de análise minuciosa e aprofundada, o que colabora para que os futuros professores/as tenham poucos recursos para compreenderem a importância de estudarem-nas, para que possam dedicar-se a elas de modo mais fundamentado e refinado. O que vemos ocorrer, com frequência, é uma valorização romântica e superficial das narrativas escritas e um rechaço desqualificador das narrativas televisivas, por parte de muitos educadores.

De nosso ponto de vista, ambas as posições precisam ser problematizadas por, pelo menos, duas razões: por um lado, porque a primeira posição pode conduzir à – no melhor dos casos – inclusão das narrativas escritas no cotidiano escolar sem que se usem critérios mais adensados para escolhê-las e para explorá-las; por outro lado, a segunda posição conduz os/as professores/as – também no melhor dos casos – a silenciarem sobre as produções televisivas, não levando em consideração que o acesso a elas por parte dos alunos, fora dos muros da escola, é inevitável. Pensamos que o silêncio não ajuda as crianças e jovens a enriquecerem suas possibilidades de leituras críticas sobre estas produções.

Os repertórios culturais escolhidos para serem estudados e focalizados, sob a forma de artigos que compõem este Caderno, são da autoria de sujeitos adultos – homens e mulheres – e revelam muitos aspectos e facetas das concepções de infância e de juventude, de ser criança e ser jovem, a partir do prisma de visão e de escuta dos adultos.

Ao construírem enredos, argumentos, personagens, cenários, paisagens, situações de conflitos e resoluções que envolvem o contexto da infância e personagens infanto-juvenis, os autores reelaboram e rearranjam suas visões, escutas, experiências, memórias e desejos do que consideram que deva fazer parte desse momento da vida e dos protagonistas que a vivenciam. Dessa forma, aos seus leitores potenciais ou reais, oferecem indícios que educam os modos de pensar, sentir e lidar com esse momento temporal da vida, bem como com o universo das crianças pequenas e maiores.

Os textos tratam de infâncias e juventudes, de personagens infantis e juvenis fictícios, embora tragam em seu bojo evidências e reflexos das infâncias e juventudes experimentadas e vivenciadas em relação ou na “própria pele”. Tratam de um tempo de infância em que as personagens infantis estão mergulhadas eterna e permanentemente, apesar do tempo ser marcado pelas inúmeras situações de que participam, das ações que desempenham e de marcas textuais e visuais que indicam a

passagem temporal. As personagens infantis e juvenis, mais do que caracterizarem uma temporalidade variável traduzida pelo termo “estar” criança ou “estar” jovem, indicam um estado consolidado, referido pelo termo “ser” criança ou “ser” jovem.

Além do impacto nos públicos leitores e telespectadores que os conteúdos desses repertórios culturais causam, associa-se a isso uma gama considerável de produtos mercadológicos desdobrados deles, ampliando o aparecimento inicial de tais produções e compondo “pacotes multimídia”.

Foram variados os motivos e as escolhas que levaram os autores dos artigos a se dedicarem e se debruçarem sobre determinadas personagens literárias ou de desenhos animados, em uma tentativa de apreendê-los, interpretá-los e entendê-los em um exercício intelectual e analítico, porém cuidadoso. Algumas vezes, correu-se o risco de quebrar um encantamento inicial marcado em uma memória afetiva anterior, quando da descoberta, por nós mesmos, de tais produções culturais e identificações com determinadas personagens. Em outros momentos, correu-se o risco de esquadriñar de tal modo os conteúdos de algumas produções culturais e das personagens protagonistas apresentadas a um público adulto pelas mãos de crianças próximas (filhos, parentes, alunos, amigos, conhecidos, entre outros) a ponto de tornarem-se desvanecidas e desinteressantes.

O título deste Caderno alude ao contexto da literatura e dos desenhos animados ao tratar de “cenas” e focaliza o tema da educação, cultura, infância, por centrar-se nos repertórios culturais produzidos para e sobre a infância. Todos os artigos apresentam, ainda, as personagens, os cenários em que estas aparecem, os contextos e problemáticas que elas apresentam, os papéis atribuídos ao gênero das personagens, seus modos de pensar, compreender, sentir, agir.

Ana Lúcia Goulart de Faria abre este número com um prefácio que anuncia e dá destaque para a diversidade e as lacunas que aparecem nos diversos territórios da infância, conceito que vem sendo explorado nas fronteiras interdisciplinares que estabelecem diálogo entre ciência e arte. Recentemente, em 2007, organizou com Suely Amaral Mello a coletânea composta pelos textos apresentados nas mesas-redondas do último Congresso de Leitura (Cole), intitulada: *Territórios da infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas* (Araraquara: J.M. Editora, 2009).

Em seguida, o artigo da portuguesa Gisela Cristina Ribeiro Silva apresenta o personagem Harry Potter como um herói do agrado de leitores dos 10 aos 14 anos e a importância das sagas representadas por ele, que se tornaram *best-sellers*, por revalidarem temas, imagens e mitos de ancestralidade mítico-simbólica que podem constituir mensagens plurais na tomada de consciência sobre assuntos da atualidade e da construção da identidade.

Adriana Lech Cantuária escolheu analisar a personagem infantil Narizinho, de Monteiro Lobato, e o deslocamento de seu papel de heroína para o de coadjuvante de outra personagem feminina famosa: Emília, a boneca falante de pano.

Renata Sieiro Fernandes escolheu aproximar quatro personagens infantis que vivem sem os pais ou longe do contato deles – Píppi Meialonga, Eloíse, Momo e Grimble –, para discutir se é possível falar de uma infância sem tutela do mundo adulto.

Patrícia Dias Prado traz as personagens dos Três Porquinhos para discutir as temporalidades da infância, tomando cada uma das personagens como elemento alegórico e focalizando as crianças pequenas, de pouca idade.

No segmento relativo às produções culturais de mídia televisiva, tanto Maria Silvia P. de M. L. da Rocha como Raquel Gonçalves Salgado elegem personagens de desenhos animados da atualidade para discutirem sobre as influências destes nos modos de se fazer e de se educar para ser menino e menina e os valores associados a eles, especialmente, considerados como violentos e impróprios para crianças, como *Dragonball Z*, no caso da primeira autora, e a possível identificação com o papel feminino da ingenuidade ou da heroína, como em *As meninas superpoderosas*, no caso da segunda autora.

Na seção Caleidoscópio, a italiana Emy Beseghi escreve sobre a personagem sueca Píppi Meialonga, apresentando-a como símbolo de uma nova representação da criança – inteligente e irreverente.

As autoras lidam com o público infantil de formas diretas e indiretas, tanto em seu cotidiano familiar como no profissional, bem como público a ser educado (informal, não formal e formalmente) como sujeito de pesquisa.

Elas tratam da temática apresentada a partir de seus locais e referenciais de origem, pelo viés das Ciências Humanas e Sociais, especialmente

a Pedagogia e a Psicologia em interface com a área da Educação. Desse lugares, tentam produzir conhecimento e, dessa forma, contribuir na e para a formação de futuros professores de crianças pequenas e maiores, assim como de educadores em geral, que lidam com esse público e de outras faixas etárias; contribuem ainda para os estudos e pesquisas sobre a infância, oferecendo referenciais, bibliografias e análises que suscitem e busquem originalidade de pensamento e ação, ao mesmo tempo em que estimulem, provoquem e animem outras iniciativas semelhantes e ousadas.

Considera-se importante destacar a atualidade da proposta deste Caderno, tendo em vista o interesse crescente sobre a educação e a cultura, a constituição dos sujeitos, os marcos de seu processo de desenvolvimento. Assiste-se, na contemporaneidade, ao aumento de trabalhos de pesquisa e/ou ensaios teóricos tornados públicos em congressos e eventos científicos, inclusive por boa parte das autoras deste número. Entretanto, nesse cenário prevalecem a dispersão destas publicações e a tendência de segmentação de três ordens: (i) tratando de narrativas da literatura *ou* de produções televisivas, (ii) tratando de produções clássicas *ou* de produções modernas e (iii) tratando separadamente as produções de autores de nacionalidades distintas.

Tendo estas tendências em perspectiva, entende-se que a publicação deste Caderno soma-se aos esforços já realizados, mas traz importantes contribuições: reúne numa só obra reflexões analíticas sobre produções da literatura e da televisão, de “ontem” e de “hoje”, e originadas em diversos contextos culturais, no caso o brasileiro, o norte-americano, o europeu e o japonês.

Esperamos que o usufruto destes textos permita expandir o que tanto temos falado e ouvido falar sobre a importância de adultos educadores-leitores e contribua, também, para a constituição e enriquecimento de nossa capacidade de ver, ouvir, sentir o múltiplo e dialogar com o outro.

RENATA SIEIRO FERNANDES
MARIA SILVIA P. DE M. L. DA ROCHA
ADRIANA LECH CANTUÁRIA
(Organizadoras)